

Votação do ajuste fiscal preocupa governistas

Cerca de 40% dos deputados perderam mandato e a base de apoio ficou enfraquecida para votar reformas

Christiane Samarco, Ruy Fabiano
de Brasília

O governo terá de trabalhar duro no Congresso Nacional para honrar o compromisso assumido ontem com o Fundo Monetário Internacional na área das reformas. Com o parlamento saindo de uma eleição geral em que cerca de 40% de seus membros não foram reeleitos, pautar uma agenda de votações importantes fica ainda mais complicado.

A escassez de quorum em decorrência das baixas que as urnas estão causando à base governista preocupa o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). Ele vai propor aos líderes dos partidos de oposição que participem da discussão e votação do ajuste fiscal que será enviado até o próximo dia 20 para apreciação dos políticos no plenário.

O convite será formalizado na próxima terça-feira, mas se depender do parlamentar mais votado do bloco de esquerda, o deputado José Genoino (PT-SP), as oposições vão negociar e apresentar propostas.

“O presidente Fernando Henrique me garantiu que as propostas não virão fechadas, e sim para serem aprimoradas pelo Congresso”, disse o líder Aécio, referindo-se ao pacote fiscal. Ele salientou que nem o PSDB nem o presidente desejam que a oposição vire situação. “Apenas achamos que ser oposição não é apenas votar contra.” O aceno foi bem recebido pelo deputado Genoino. “A oposição vai apresentar suas idéias e discutir limites”, adiantou.

Pessoalmente, o petista aceita o corte de incentivos e a tributação das grandes fortunas, a partir do projeto apresentado em 1989 pelo senador Fernando Henrique.

O debate do pacote fiscal começará assim que as propostas chegarão ao Congresso. Os líderes aliados sabem que não será fácil mobilizar a Câmara, depois que as urnas reprovaram cerca de 40% dos 513 deputados. “Vamos fazer um apelo patriótico para que todos estejam aqui, mas não será fácil”, reconheceu o líder do PSDB, Aécio Neves.

Por isso é importante contar com as oposições no plenário.

A idéia é reunir líderes governistas e de oposição na quarta-feira, para começar a discussão de polêmicas como o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), atualmente fixada em 0,2%.

A alíquota atual da CPMF garante ao Tesouro R\$ 7 bilhões anuais. O líder Aécio já pediu aos técnicos da área econômica do governo que calculem qual o impacto anual no caixa de cada 0,01% a mais na alíquota da CPMF. Genoino diz que aceita discutir até a CPMF. Mas faz suas exigências para dar seu voto a favor da simples prorrogação, sem aumento de alíquota. Para não sacrificar o assalariado, ele sugere que o governo aceite descontar o que foi pago de CPMF no Imposto de Renda da Pessoa Física.

Além do ajuste fiscal e da reforma da Previdência, existem basicamente duas reformas estruturais que dependem dos parlamentares: a regulamentação da administrativa, promulgada em junho passado, e a reestruturação fiscal.

“O presidente me garantiu que as propostas não virão fechadas, e sim para serem aprimoradas”, diz Aécio Neves

“No caso da administrativa a situação é simples, basta o governo enviar o projeto de regulamentação que aprovamos rapidamente”, garan-

te o deputado federal José Aníbal (PSDB-SP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O ministério da Administração e Reforma do Estado enviou o projeto na segunda-feira para ser analisado pela Casa Civil antes de ir ao Congresso. De qualquer forma, mesmo que fosse aprovado amanhã, nenhum estado poderia demitir seus funcionários para cortar gastos: a lei eleitoral proíbe demissões ou con-

tratações entre 4 de julho até a posse dos novos eleitos, em janeiro.

Uma vez regulamentada a emenda, o governo calcula que serão economizados R\$ 10 bilhões, a maior parte disso (R\$ 9 bilhões) com a adequação dos estados aos limites da Lei Camata, que proíbe gastos com folha de pagamento superiores a 60% da receita. Essas demissões, no entanto, só poderão ser feitas a partir do ano que vem.

O mesmo problema de calendário será enfrentado na reforma fiscal. Até o momento não existe um projeto do executivo no Congresso. “Eu acho que eles deveriam enviar esse texto já, para iniciarmos a discussão o quanto antes”, afirma Aníbal. Nem o deputado tucano, no entanto, acredita em votação da matéria tão cedo. “Votar este ano é rigorosamente impossível”, admite. “Mas se houver vontade, no entanto, podemos concluir o processo em alguns meses.” ■

(Colaborou Ferdinando Casagrande, de São Paulo)